

V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS II

PAULO JOVINIANO ALVARES DOS PRAZERES

JÉSSICA AMANDA FACHIN

DEILTON RIBEIRO BRASIL

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direitos humanos e fundamentais II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Deilton Ribeiro Brasil; Jéssica Amanda Fachin; Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres. – Florianópolis: CONPEDI, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-534-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Inovação, Direito e Sustentabilidade.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais – Anais de pôsteres.
2. Direitos humanos.
3. Fundamentais. V Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2022 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS II

Apresentação

O V Encontro Virtual da CONPEDI, que ocorreu nos dias 14, 15, 16, 17, e 18 de junho de 2022, contemplou temáticas sobre “Inovação, Direito e Sustentabilidade” chamando à reflexão acerca da temática proposta em seus diversos matizes.

O Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e Fundamentais II, foi composto por apresentações de pesquisadores com os enfoques interligados sob a proposta da temática central do grupo de pesquisa e debates, apresentando estes os resultados de suas pesquisas e respectivas conclusões.

Os pôsteres com um eixo temático comum e baseados na intersecção da premissa do ensino jurídico na concretude da sociedade democrática, apresentam-se com a profundidade e densidade necessária para os propósitos de extrema valorização da pesquisa científica e seus resultados na seara acadêmica.

Sem dúvida, não se pode compreender o Direito separando-o da realidade social. Todo o ordenamento jurídico é efetivo tão somente se visto como possível, como exequível, como procedimento que possa responder aos dilemas e processos de sua comunidade e de seu tempo.

Integram os trabalhos desta obra:

IDENTIFICAR A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA COMO FORMA DE PREVENIR O INÍCIO DO CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Caroline Fockink Ritt, Joseane Medtler de Oliveira

O CONTEÚDO ESSENCIAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM CENÁRIO DE TRABALHO ESCRAVO NA INDÚSTRIA DA MODA: UMA RESPOSTA ATRAVÉS DA VISÃO CONSTITUCIONAL DO COMPLIANCE

Renata Soares Bonavides, Gibran Miranda Rodrigues D'Ávila

ORFÃOS DO FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO FEMINICÍDIO NA VIDA DE CRIANÇAS QUE TIVERAM SUAS GENITORAS MORTAS, VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO SÉCULO XXI

Maria Eduarda de Carvalho Cabral Silva, Milene Castro de Vilhena

OS DIREITOS HUMANOS E A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA: CONVERGÊNCIA PRINCÍPIOLÓGICA?

Marcelo Benacchio, Mikaele dos Santos, Wênia Lavine Oliveira Dourado

POLÍTICAS DE JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DE ACORDO COM A DIVERSIDADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Dirceu Pereira Siqueira, Marcos Vinicius Soler Baldasi

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E ABRIGAMENTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID19

Eliane Vieira Lacerda Almeida, Maíra Féres Trigo de Almeida

RACISMO ALGORÍTMICO: UMA NOVA FACE DE UMA PRÁTICA ANTIGA

Adilson Carvalho Pantoja

Dessa forma, não há como deixar de ler os textos apresentados no GT sobre Direitos Humanos e Fundamentais II que trazem com riqueza de temáticas e detalhes, de como se desenvolvem e quais os problemas vividos nos dias atuais.

Desejamos aos leitores uma proveitosa leitura.

Florianópolis, 28 de junho de 2022.

Coordenadores:

Jéssica Amanda Fachin

Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres

Deilton Ribeiro Brasil

POLÍTICAS DE JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DE ACORDO COM A DIVERSIDADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Dirceu Pereira Siqueira¹
Marcos Vinicius Soler Baldasi

Resumo

INTRODUÇÃO: Ao longo da história do Brasil a juventude cumpriu um importante papel na busca pela efetivação de seus direitos. Tendo em vista que movimentos históricos como “Diretas Já”, “Caras Pintadas”, “Jornadas de Junho”, “Primavera Secundarista”, foram protagonizados por jovens e alcançaram seus objetivos iniciais. Todavia, a população jovem no Brasil por muitas vezes é esquecida do debate social acerca de suas necessidades, haja vista que a maioria das políticas de juventude são desenvolvidas para jovens e não por jovens, refletindo no desenvolvimento de mecanismos pouco eficientes resultantes de políticas governamentais pontuais que se estabelecem de acordo com aquele ou aquele que se encontram nas posições determinantes para a realização de tais políticas no Poder Executivo. É importante salientar que o Brasil é um país repleto de diversidade, conseqüentemente, é repleto de anseios diferentes. O jovem do norte do país não possui as mesmas oportunidades do jovem do sul do país, assim como as expectativas de desenvolvimento pessoal do jovem branco dos grandes centros urbanos, não é a mesma do jovem negro da periferia. Logo, não é possível entender a juventude brasileira como um todo, é preciso distinguir as necessidades e anseios de cada jovem de acordo com suas particularidades, ou seja, tais políticas de juventude não devem ser desenvolvidas observando-se esta parcela da população como plural e sim, como singular em suas mais diversas características. **PROBLEMA DE PESQUISA:** Neste contexto, esta pesquisa tem como finalidade responder a seguinte interrogação: a elaboração de políticas de juventude no Brasil é baseada na diversidade desta parcela da população? Para responder tal questão, analisou-se os resultados de políticas específicas para a juventude realizadas nos últimos anos. Para isso, utilizou-se de entrevistas por meio de formulários e videoconferências com estudiosos sobre o tema políticas para a juventude, assim como, os resultados de tais políticas foram analisados visando compreender se estas foram eficazes apenas em curto espaço de tempo ou se prolongaram no tempo. Por sua vez, esta pesquisa demonstrou as fragilidades resultantes de políticas de juventude elaboradas observando-se um contexto macro desta parcela da população. Assim como apontou quais mecanismos podem ser adotados para a obtenção de resultados prolongados que realmente possam contribuir com o desenvolvimento social do país. Para tanto, foi necessário um amplo estudo acerca das políticas de juventude. Logo, sendo necessário compreender os diferentes entendimentos de políticas públicas, observando estas também sob a ótica de efetivação de direitos da personalidade. Assim, sendo imprescindível a utilização dos recursos bibliográficos como base de pesquisa para correlacionar os resultados práticos e aplicados constados na pesquisa com as seguintes esferas do Direito: políticas públicas, direitos da

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

personalidade, direitos sociais, direitos fundamentais e direitos humanos. OBJETIVO: O objetivo geral desta pesquisa consiste na observação sobre como as políticas de juventude elaboradas no Brasil são desenvolvidas de acordo com a diversidade desta parcela da população. Ademais, demonstrou-se que tais políticas se mostram fragilizadas pelo fato de não obterem resultados que se perpetuam ao longo do tempo. Para isso, utilizou-se de dados que demonstrem os resultados das políticas de juventude, correlacionando com bases bibliográficas que versem sobre o tema e demais esferas do Direito, como direitos da personalidade, direitos sociais e políticas públicas. MÉTODO: Essa pesquisa consistiu em utilizar a natureza aplicada, por meio da compreensão acerca da efetivação das políticas de juventude, estas que compreendem em ações governamentais e não governamentais que visam amenizar as dificuldades vivenciadas pela população jovem do Brasil. O estudo observou-se de caráter essencialmente qualitativo, fazendo uso de todas as ferramentas possíveis para analisar os aspectos de interesse da pesquisa. Utilizando de métodos de coleta de dados capazes de extrair o máximo de informações dos entrevistados. Sendo a natureza dos estudos qualitativa, a pesquisa mapeou exemplos de políticas governamentais específicas para a juventude. Ainda, analisou-se os resultados destas políticas, no qual foram entrevistadas pessoas envolvidas em tais políticas e o reflexo social causado. Sendo utilizado de entrevistas por videoconferência ou áudio, com o objetivo de mensurar os efeitos dessas políticas. Por sua vez, para a concretização dessa pesquisa utilizou-se de bases de pesquisas bibliográficas, por meio de livros e artigos referentes a efetivação das políticas de juventude realizadas no Brasil. RESULTADOS ALCANÇADOS: Com o desenvolvimento desta pesquisa comprovou-se a importância de as políticas de juventude serem elaboradas de acordo com o entendimento da diversidade existente no Brasil, principalmente no que tange às necessidades de cada jovem. Isto posto, tem-se que a obtenção de tal resultado foi obtido por meio da consulta e estudo acerca de artigos científicos, bibliografias e dados estatísticos sobre o tema. Neste contexto, constatou-se a fragilidade das políticas de juventude realizadas pelo Poder Público nos últimos anos que visavam resultados a curto prazo e quem não se perpetuam no decorrer do tempo, logo, tornando-se políticas pontuais com resultados pouco satisfatórios. Todavia, é imprescindível destacar que esta pesquisa discutiu sobre uma parcela da população que possui pouca visibilidade nos debates, apesar de compor uma fase essencial na formação do cidadão que há de gerir os espaços de participação. Além disso, observou-se uma grande massificação em relação as necessidades de parcela da juventude, na maioria das vezes são vistas como plurais de um mesmo grupo, quando na realidade se trata de uma série de singularidades resultantes da diversidade brasileira.

Palavras-chave: políticas públicas, direito de jovens, desenvolvimento social

Referências

CABRALDOS SANTOS, Luana Isabelle; HAJIME YAMAMOTO, Oswaldo. Juventude brasileira em pauta: analisando as conferências eo Estatuto da Juventude. Revista

Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v. 16, n. 2, p. 657-668, 2018.

CARRANO, Paulo. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. *Juventudes, Políticas Públicas e Medidas Socioeducativas*, p. 18, 2013.

CARVALHO, Klayton Lima Calvante; SILVA, Sandra Maria Barbosa. Políticas públicas para a juventude: um olhar sobre os programas Fies e Prouni. *Multidebates*, v. 2, n. 2, p. 282-292, 2018.

CASTRO, Jorge Abrahão de Organizador; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de Organizador; ANDRADE, Carla Coelho de Organizador. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MACEDO, Severine Carmem. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, n. 2, p. 1214-1238, 2019.

DA CUNHA, Carla Giane Soares. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. *Revista Estudos de Planejamento*, n. 12, 2018.

DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. *Planejamento e políticas públicas*, n. 36, 2011.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 47, 2004.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais?. *Estudos de Sociologia*, 2005.

MERTANEN, Katariina et al. Not a Single One Left Behind: Governing the 'youth problem' in youth policies and youth policy implementations. *Helsinki Studies in Education*, 2020.

MOREIRA, Marcelo Rasga et al. Adolescência e Juventude: políticas públicas e condições de vida e saúde em perspectiva internacional. 2018.

NOVAES, Regina. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. *Juventude e contemporaneidade*, p. 253-281, 2007.

PEREGRINO, Mônica; PINHEIRO, Diógenes; SOUZA, Luiz Carlos de. *Engajamento*,

educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, v. 31, n. 42, p. 127-150, 2018.

PEREIRA, Gislaine Cristina; ZUFFO, Sílvia; MOURA, Eliana Gonçalves. Juventude e qualidade de vida. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 14, n. 2, p. 1-9, 2019.

ROCHA, Heber Silveira. Políticas de Juventude: Formação do Campo de Políticas Públicas no Brasil (1990-2005). *Agenda Política*, v. 7, n. 1, p. 193-216, 2019.

TIMÓTEO, William; DE MATOS OLIVEIRA, Ilzver. A ausência de políticas públicas para a juventude como ofensa aos direitos humanos (The Absence of Public Policies for Youth as an Offense to Human Rights). *TIMÓTEO, William*, p. 418-431, 2021.